



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQUERIMENTO N° , DE 2026 (Do Sr. Luiz Gastão)

Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a situação da construção da usina siderúrgica Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Estado do Ceará, em razão da autofalência da empresa Posco Engenharia e Construção do Brasil, subsidiária da multinacional sul-coreana Posco Engineering & Construction Co. & Posco Holdings Inc.

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a discutir a situação da construção da usina siderúrgica Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Estado do Ceará, em razão da autofalência da empresa Posco Engenharia e Construção do Brasil, subsidiária da multinacional sul-coreana Posco Engineering & Construction Co. e Posco Holdings Inc, e os impactos econômicos, fiscais e sociais decorrentes, contando com a participação dos seguintes convidados:

1. Representante da Associação Internacional dos Credores da Posco – Frederico Carvalho Campelo Costa.
2. Representante da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Coreia.
3. Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.
4. Representante da ArcelorMittal (atual controladora da CSP).
5. Fundo BlackRock através do BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.
6. Representante do Ministério das Relações Exteriores.

JUSTIFICATIVA





A empresa Posco Engenharia e Construção do Brasil foi responsável pela construção da usina siderúrgica Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), empreendimento privado de grande porte cujo contrato ultrapassou US\$ 5,5 bilhões. Apesar de integralmente pago, a empresa deixou um passivo que pode alcançar R\$ 1 bilhão, incluindo dívidas trabalhistas, tributárias e comerciais.

Em setembro de 2025, a Posco apresentou pedido de autofalência, alegando crise insuperável, ao mesmo tempo em que declarou possuir patrimônio irrisório. Credores afirmam que a empresa teria remetido recursos ao exterior, deixando no Brasil uma estrutura esvaziada e incapaz de honrar compromissos assumidos.

Há indícios de subavaliação de dívidas tributárias, o que pode representar prejuízo significativo à arrecadação estadual e federal. A PGFN, a Receita Federal e o INSS já contestaram valores apresentados, e entidades representativas de credores apontam que o passivo tributário pode superar R\$ 200 milhões.

Além dos impactos fiscais, dezenas de empresas brasileiras foram prejudicadas, algumas levando ao fechamento de atividades. Há ainda questionamentos sobre a lisura do pedido de autofalência, a movimentação financeira da empresa no Brasil e a eventual responsabilidade da empresa contratante original.

Diante da gravidade dos fatos e da repercussão econômica e social do caso, é imprescindível que esta Comissão promova audiência pública para esclarecer:

- O impacto fiscal para o Estado do Ceará e para a União;
- A extensão dos prejuízos sofridos por empresas brasileiras;
- A atuação da empresa contratante e eventuais responsabilidades;
- A movimentação financeira da Posco e a remessa de recursos ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Luiz Gastão (PSD/CE)

exterior;

- A desconstituição do pedido de autofalência e possíveis irregularidades;
- Medidas legislativas e administrativas para evitar que situações semelhantes se repitam.

A audiência pública permitirá reunir informações essenciais, ouvir autoridades e partes interessadas e subsidiar ações de fiscalização e iniciativas legislativas.

Conto com o apoio dos nobres pares para devida aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado LUIZ GASTÃO (PSD/CE)

